



Aprovada MP que reajusta tabela do Imposto de Renda

Medida foi acatada por unanimidade. Oposição defendeu valores superiores a 4,5%, mas acabou aceitando o índice, considerado "bem abaixo da inflação", com o argumento de que a correção não poderia mais esperar



Plenário do Senado durante sessão deliberativa em que senadores aprovaram o reajuste da tabela

O Plenário do Senado aprovou ontem o PLV 18/11, decorrente da MP 528/11, que reajusta em 4,5% ao ano os valores da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

até 2014. Apesar das críticas da oposição, que defendia um reajuste maior – de 7% a 54% –, a proposta foi aprovada por unanimidade e segue agora para sanção. **3**

Adiada para quarta-feira decisão da CCJ sobre rito das MPs

Aécio Neves acatou parte das emendas de Plenário, mas, por falta de acordo, CCJ não decidiu ontem sobre a

matéria. Pedido de vista de Anibal Diniz mostrou a discordância do PT quanto às modificações acolhidas pelo relator. **3**



Aécio Neves, relator, debate com Jucá, entre Randolfe e Marinor Brito



Proposta foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais

Seguro-desemprego de doméstica passa na CAS e vai para a Câmara

O empregado doméstico poderá ter direito a seguro-desemprego, em parcela única no valor de um salário mínimo, mes-

mo que não esteja inscrito no FGTS. A proposta de Rodrigo Rollemberg foi aprovada pela CAS e segue para Câmara. **5**

Pedido de CPI é devolvido, mas oposição avisa que persistirá **4**

Senado celebra os cinco anos da Lei Maria da Penha **7**

Roberto Gurgel obtém novo mandato de procurador-geral

Nome indicado pela presidente Dilma Rousseff foi aprovado em Plenário ontem à tarde, por 56 votos a favor e 6 contrários, para novo

período de dois anos à frente do Ministério Público Federal. Mais cedo, ele foi sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça. **4**



Gurgel (E) ao lado de Eunício Oliveira, presidente da CCJ, durante sabatina

Reverência à memória de Câmara Cascudo

Senadores e autoridades do Rio Grande do Norte prestaram homenagem ao educador. **6**



Genaldino Magalhães/Senado Federal

Contra tráfico de pessoas, migração legalizada **2**

Posição foi defendida pelo alto comissário da ONU para refugiados, António Guterres (E), na Comissão de Direitos Humanos

Comissão vota hoje duas indicações para embaixadas

Marco Antonio Brandão representará país no Egito e Maria Dulce Silva Barros, na Costa Rica. **2**

O alto comissário da ONU para refugiados e ex-primeiro-ministro de Portugal, António Guterres, também conversou com José Sarney sobre o Estatuto do Estrangeiro

Guterres: migração legal no combate a tráfico de pessoas

NA OPINIÃO DO alto comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para a questão dos refugiados, António Guterres, “a resposta para os problemas do tráfico de seres humanos passa pela existência de mecanismos organizados de migração legal”.

Ele argumenta que não é possível combater esse tipo de atividade criminosa se não houver, simultaneamente, oportunidades legais de migração. Guterres, que já foi primeiro-ministro de Portugal, fez essas afirmações ontem, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O assunto foi levantado pela senadora Marinor Brito (PSOL-PA), que é relatora da CPI do Tráfico de Pessoas. Segundo Marinor,

já foram catalogadas cerca de 520 rotas de tráfico de seres humanos no Brasil – para trabalho escravo, comércio de órgãos ou exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ao ressaltar que é “um socialista que se habituou a respeitar os mercados”, Guterres disse que os liberais defendem a liberdade de circulação nos mercados financeiros, de bens e serviços, mas não no mercado de trabalho, “como se este não existisse”.

Ele reconheceu que a organização da migração legal não é capaz de impedir o tráfico, mas

apontou que ela é necessária para combater tais atividades.

Guterres observou que os governos, especialmente os dos países mais ricos, “têm se recusado a fazer uma aproximação multilateral para discutir a questão das migrações, insistindo em tratá-la como um assunto de soberania nacional”.

– Não é por acaso que a convenção sobre os direitos dos trabalhadores migrantes, que o Brasil vai ratificar, não foi ratificada por nenhum dos países do chamado Primeiro Mundo – assinalou.



Genêdio Magalhães/Senado Federal



Jane Araújo/Senado Federal

Warley Martins Gonçalves, da Cobap (E), António Guterres, Paulo Paim, Renato Ferreira (Seppir) e o embaixador do Haiti, Idalbert Pierre-Jean. Depois de visitar a CDH, o alto comissário para refugiados da ONU, António Guterres, foi recebido por José Sarney e Fernando Collor

Alto comissário elogia apoio do Brasil a refugiados

O alto comissário da ONU para refugiados, António Guterres, elogiou o apoio dado pelo Brasil à causa dos refugiados e de outras populações atendidas pela entidade das Nações Unidas.

Ele foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, com quem conversou sobre propostas em discussão no Congresso relacionadas ao tema, como a ratificação da Convenção dos Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e suas Famílias e a criação de um novo Estatuto do Estrangeiro.

– O Brasil tem hoje papel de líder em escala mundial em matéria de acolhimento de

refugiados – assinalou Guterres após o encontro.

Apesar de elogiar as condições de acolhimento de refugiados na sociedade brasileira, Guterres salientou ser necessário destinar mais verbas para o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), ligado ao Ministério da Justiça.

O encontro com o Sarney fez parte da segunda visita oficial de Guterres ao Brasil no cargo – a primeira foi em 2005. Ele retornou em razão de convite do governo brasileiro para estreitar mais as relações com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur).

Guterres chegou ao Brasil na

segunda-feira e já teve reuniões com o Conare e com os ministros Antonio Patriota (Relações Exteriores), José Eduardo Cardozo (Justiça) e Maria do Rosário (Direitos Humanos).

Ele também se encontrou com refugiados que vivem no Brasil e com o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto.

Ex-primeiro-ministro de Portugal e ex-presidente do Conselho Europeu, António Guterres foi eleito pela Assembleia Geral da ONU, em junho de 2005, o décimo alto comissário do Acnur. Em abril do ano passado foi reconduzido ao posto para um novo mandato de cinco anos.

Aprovado primeiro embaixador do Brasil no Nepal

O Plenário aprovou ontem a indicação presidencial de Marcos Borges Duprat Ribeiro para o cargo de embaixador do Brasil no Nepal. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) já tinha aprovado a indicação no final de junho.

Marcos Duprat Ribeiro apontou a necessidade de maior aproximação com países em desenvolvimento na

Ásia e na África. Ele incluiu em sua proposta de trabalho o estímulo à participação de empresas brasileiras em obras de infraestrutura no Nepal.

O diplomata ressaltou o “gesto pioneiro” do Brasil, primeiro país latino-americano a abrir embaixada no país.

Marcos Duprat Ribeiro assinalou, em sua sabatina na CRE, a posição estratégica do país

asiático, situado entre as duas maiores potências emergentes do mundo, Índia e China.

Ele disse ainda que está pronto para ser assinado acordo bilateral de cooperação técnica, que deverá envolver áreas como energia, agricultura e programas sociais, em que, a seu ver, a experiência brasileira “poderá ser de grande utilidade para o Nepal”.

CRE vota hoje indicações para embaixadas no Egito e Costa Rica

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) deverá votar hoje duas mensagens presidenciais sobre indicações de embaixadores. São eles Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para ser embaixador no Egito, e Maria Dulce Silva Barros, apontada para representar o Brasil na Costa Rica.

Serão ainda lidos os pareceres dos relatores às mensagens presidenciais de indicação

dos diplomatas Anuar Nahes e Zenik Krawttschuk para os cargos, respectivamente, de embaixador no Iraque e em Honduras.

Também estarão em pauta dois projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais com as Filipinas, nas áreas de exercício de atividade remunerada por parte de dependentes de diplomatas e cooperação agrícola.

Sistema financeiro internacional reabre ciclo de debates da CRE

No momento em que diversas economias europeias enfrentam sérias dificuldades e os Estados Unidos acabam de afastar o risco de colapso, com a ampliação do teto de sua dívida, a saúde do sistema financeiro internacional será o tema da primeira audiência pública do semestre da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A partir das 18h de segunda-feira, a comissão debaterá o tema “O sistema financeiro internacional: do pós-guerra aos dias de hoje”.

Entre os convidados, estão o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Makhtar Diop; o diretor de Assuntos Internacionais do

Banco Central, Luiz Awazu Pereira da Silva; o diplomata Paulo Roberto de Almeida, professor do Uniceub; e a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Tatiana Prazeres.

Outras cinco reuniões já estão marcadas dentro do ciclo de audiências públicas da CRE sobre “Os rumos da política externa brasileira”, iniciado no primeiro semestre. Entre os temas, estão a crise econômica mundial de 2008, as dificuldades enfrentadas por economias europeias, como as de Grécia e Portugal, e o panorama do setor de energia em todo o mundo.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h20 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Cinco anos da Lei Maria da Penha

14h Sessão em comemoração aos cinco anos de sanção da Lei Maria da Penha.

Presidência Sarney preside ordem do dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

CRA Acordos internacionais e agricultura

8h30 Audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre acordos internacionais que afetam diretamente as cadeias produtivas de leite, arroz, trigo, carne e vinho. Entre os convidados, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

CDH Idiomas indígenas

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove audiência pública para instruir o projeto de lei do Senado (PLS 9/08), que cria o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, conforme a convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Participam vários coordenadores de organizações indígenas do país.

CI Colisão de aves com aviões

9h Projeto que tem por objetivo reduzir os riscos de colisão de aves com aeronaves está na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que vota ainda proposta que destina 50% do Fundo Social para a educação.

CRE Indicações de embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vota, entre outros itens, indicações de embaixadores para o Egito (cumulativamente com a Somália e Eritreia) e para a Costa Rica. Na reunião, também serão lidos os pareceres sobre indicações para as embaixadas no Iraque e em Honduras.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Apesar das críticas da oposição, projeto de lei de conversão é aprovado por unanimidade e segue agora para a sanção da presidente da República

Plenário aprova o reajuste da tabela do IR

O SENADO APROVOU ontem a medida que reajusta em 4,5% ao ano os valores da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) até 2014. Apesar das críticas da oposição, a proposta foi aprovada por unanimidade e segue agora para sanção.

A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), defendeu a relevância, urgência e necessidade da MP 528/11 – transformada, com as mudanças feitas pela Câmara, em projeto de lei de conversão (PLV 18/11) – com o argumento de que o reajuste dos rendimentos isentos de tributação recompõe a renda familiar de parte da população, permitindo assim que as famílias “possam consumir e investir, mantendo o dinamismo da atividade econômica”.

A proposta trata prioritariamente de alterações no cálculo do Imposto de Renda. Outros assuntos, entretanto, foram incluídos no texto por meio de emendas na Câmara, onde o relator foi o deputado Maurício Trindade (PR-BA). Esses dispositivos prorrogam até 31 de dezembro de 2012 o prazo de concessão de gratificações para servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União. As emendas foram consideradas inconstitucionais por integrantes da oposição, mas isso não impediu a aprovação da medida.

Correção

Em seus três primeiros artigos, o projeto reajusta a faixa de rendimentos isenta do IR, que passa de até R\$ 1.499,15 mensais para até R\$ 1.566,61 em 2011. Nos próximos anos,

a renda mensal isenta do IR subirá para R\$ 1.637,11 em 2012; R\$ 1.710,78 em 2013; e, por fim, R\$ 1.787,77 em 2014. O índice de correção de 4,5% – aplicado desde 2006 – corresponde à meta de inflação estabelecida pelo governo e resultará numa renúncia fiscal de R\$ 9,3 bilhões durante todo o período, segundo estimativa do Executivo.

A oposição votou pela aprovação do PLV 18/11, por concordar que a correção das tabelas não poderia mais esperar, mas considerou o reajuste de apenas 4,5% bem abaixo da inflação, estimada em quase 7%.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o reajuste adequado seria de 54%. O seu partido chegou a apresentar emenda com esse objetivo na Câmara, que foi rejeitada. O PSOL queria isenção para ganhos mensais de até R\$ 2.311, sob o argumento de que o governo tem penalizado a classe média. A líder do partido no Senado, Marinor Brito (PA), pediu destaque para votação desta emenda mais uma vez, porém ela acabou rejeitada pelo Plenário.

Polêmica

O líder do DEM no Senado, Demóstenes Torres (GO), lembrou que o ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, “está com o voto pronto” sobre o índice de correção do IR. Ele disse que, enquanto o Congresso corrige a tabela em cerca de 4%, o ministro irá propor algo em torno de 7% “ou, se definir por um prazo mais alongado, pode chegar a um valor até superior a 50%”. – Estamos votando algo muito



Vanessa Grazziotin lê seu parecer: reajuste recompõe a renda familiar de parte da população brasileira

aquém do desejado – protestou. Já o líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que o índice de reajuste foi definido depois de ampla discussão do governo com centrais sindicais.

– A correção de 4,5% não é um número que surgiu do nada, não é um número cabalístico. Chegamos a ele por consenso. Reflete a busca para chegarmos a um número de inflação que seja aceitável, no centro de sua meta – ressaltou.

Além da correção da tabela, a proposta reajusta os limites para despesas dedutíveis com dependentes, educação, aposentadoria e ainda o desconto simplificado das declarações de ajuste anual. Inclui também regras para ressarcimento ao SUS, por parte dos planos de saúde privados, pelo uso de serviços de prestadoras conveniadas ao sistema público. Anteriormente, o pagamento poderia ser feito ao SUS ou à conveniada. Agora deverá ser feito exclusivamente ao SUS, por meio do Fundo Nacional de Saúde.

Oposição aponta mudanças inconstitucionais

Emendas dos deputados à MP 528/11 foram consideradas inconstitucionais por integrantes da oposição. De acordo com as propostas, é prorrogado até 31 de dezembro de 2012 o prazo de concessão de gratificações para servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

Segundo o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), a prorrogação já consta de projeto (PLC 1.684/11) que tramita na Câmara e constava da MP 521/10 (a MP dos Médicos Residentes), que teve o seu prazo de vigência encerrado, sem votação, em junho deste ano.

– O que estou relatando é uma esperteza legislativa. É o processo legislativo maroto – afirmou Alvaro Dias.

Humberto Costa quer veto a dedução do IR

Mesmo tendo defendido a aprovação do PLV 18/11, o líder do PT, Humberto Costa (PE), anunciou que pedirá à presidente Dilma Rousseff que veto trecho que autoriza a dedução da base de cálculo do IRPF das despesas relativas a planos de saúde pagos a empregados domésticos.

– Temos de ter posição frontalmente contrária a esta medida. Nós temos lutado de forma decisiva pela valorização do sistema público de saúde, por mais recursos para o SUS e temos buscado combater os subsídios diretos e indiretos que são dados ao sistema suplementar, de planos e seguros de saúde, que representam uma renúncia fiscal significativa – afirmou o líder do PT.

Falta de acordo adia para próxima semana decisão de comissão sobre PEC das MPs



Na reunião da CCJ, Romero Jucá conversa com o relator da proposta, Aécio Neves

A votação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) das emendas de Plenário à proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que altera a tramitação das medidas provisórias foi transferida para a próxima semana em razão da falta de acordo na reunião de ontem.

Após leitura do relatório de Aécio Neves (PSDB-MG) acatando parte das emendas, pedido de vista de Anibal Diniz (PT-AC) resumiu a discordância do PT quanto às modificações acolhidas pelo relator.

Aécio Neves declarou que,

caso não haja um entendimento até quarta-feira, rerepresentará o texto inicial de seu substitutivo. O texto aprovado em maio na CCJ prevê a criação de uma comissão mista para julgar a admissibilidade das MPs, proposta que enfrentou muita resistência.

Na busca de acordo, o relator acatou emenda de Plenário de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), deixando o julgamento de admissibilidade a cargo das comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado.

O substitutivo mantém os 120 dias atuais para exame de MP

e o início da tramitação pela Câmara, mas fixa em 60 dias o prazo de exame pelos deputados, sendo que os dez primeiros serão direcionados para que a CCJ dessa Casa se manifeste sobre a relevância e a urgência da medida provisória.

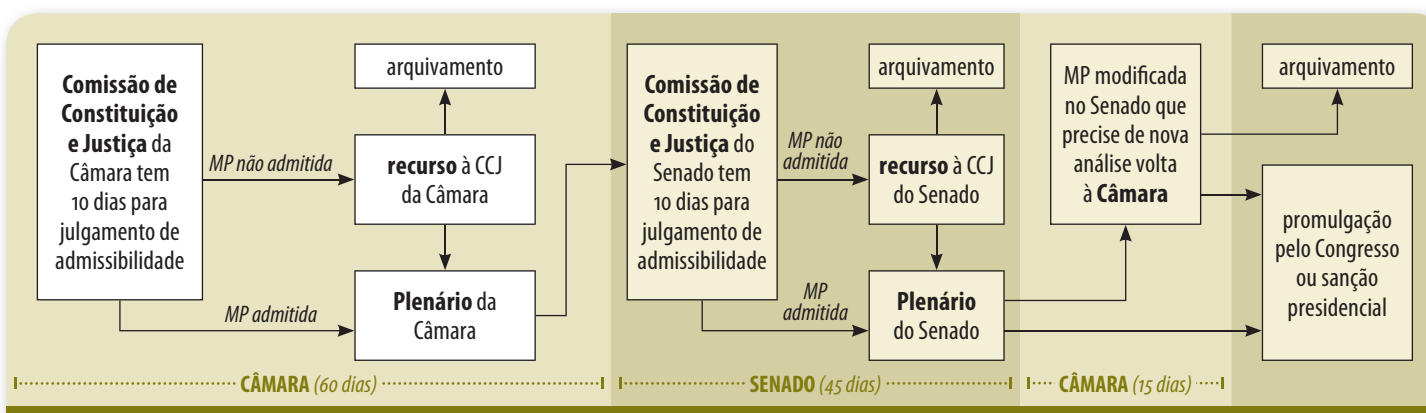
Após a manifestação da Câmara, a MP vem para o Senado, que terá 45 dias para seu exame, sendo que os dez primeiros também serão para julgamento de admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça. Essa distribuição de tempo foi proposta em emenda de Plenário do senador Walter Pinheiro (PT-BA), acolhida por Aécio.

Fixar limite de tempo para a Câmara é essencial para que seja cumprido o principal objetivo da PEC 11/11, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) – assegurar ao Senado tempo para exame das MPs, o que hoje não tem ocorrido.

Outra emenda de Plenário, apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e acatada pelo relator, veda a inclusão, no texto da medida provisória, de temas diferentes do objeto da MP, chamados de “contrabandos” ou “penduricalhos”, prática comum atualmente.

Novo rito

Conforme o relatório lido ontem na CCJ por Aécio Neves, incorporando parte das emendas de Plenário, o julgamento da admissibilidade das medidas provisórias ficará a cargo das comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara



Apesar de todos os líderes partidários presentes terem recomendado a aprovação de Gurgel para outro mandato, foram registrados seis votos contrários

Roberto Gurgel é reconduzido ao cargo de procurador-geral

COM 56 VOTOS a favor e 6 contrários, o Plenário do Senado aprovou a recondução de Roberto Monteiro Gurgel Santos ao cargo de procurador-geral da República para novo mandato de dois anos. Para a aprovação do chefe do Ministério Público Federal, eram necessários 41 votos. O nome de Gurgel fora aprovado pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após sabatina.

Os 6 votos contrários não deixaram surpreender, uma vez que todos os líderes presentes encaminharam voto favorável à recondução.

Na sabatina da CCJ, o procurador-geral respondeu a questões polêmicas como acusações de enriquecimento ilícito e tráfico de influência contra o ex-ministro Antonio Palocci, a isenção de responsabilidade do ex-ministro Luiz Gushiken no escândalo do mensalão e a permanência do italiano Cesare Battisti no país.

Coube aos opositores Aloysio Nunes (PSDB-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Demóstenes Torres (DEM-GO) a tarefa de

confrontar Roberto Gurgel sobre esses casos. Os três, no entanto, elogiaram sua atuação no cargo nos últimos dois anos.

Apesar de admitir incompatibilidade entre a renda e o patrimônio declarados por Palocci – alvo de apuração do Ministério Público do Distrito Federal –, Gurgel justificou o arquivamento das representações contra o ex-ministro sob o argumento de inexistência de indícios de origem irregular desses rendimentos. Sem essa comprovação, acrescentou, o Supremo Tribunal Federal (STF) não autorizaria a quebra de sigilos bancário e fiscal necessária para dar seguimento a um processo investigativo.

Quanto ao fato de Luiz Gushiken ter sido inocentado no caso mensalão, Roberto Gurgel declarou não ter conseguido provas de âmbito penal de sua participação no esquema. Segundo Alvaro Dias, o Tribunal de Contas da União (TCU) havia apontado desvios na atuação de Gushiken à frente da Secretaria de Comunicação.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) reconheceu a independência de Gurgel ao não abrir investigação contra Palocci e disse respeitar a manifestação. Criticou, no entanto, o arquivamento porque, na sua opinião, o procurador-geral “poderia procurar mais do que fez no caso”.

Por outro lado, os senadores Magno Malta (PR-ES) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) enxergaram nessa postura uma atitude de coragem, ao decidir pela consciência, e não por eventual pressão política ou da mídia. Conforme observou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), algumas decisões da Procuradoria-Geral da República (PGR) nem sempre agradam às autoridades, mas são importantes para afirmar a independência e autonomia da instituição.

Questionado ainda sobre a concessão de visto de permanência ao italiano Cesare Battisti pelo Conselho Nacional de Imigração, Roberto Gurgel informou que examinar esse tipo de ato foge das atribuições da PGR.



Senadores Marinor Brito e Eunício Oliveira cumprimentam Roberto Gurgel (C)

Senadores se queixam de “excessos” de membros do MP

Senadores que participaram da sabatina de recondução de Roberto Gurgel ao cargo de procurador-geral da República se queixaram de “excessos” cometidos por membros do Ministério Público em razão de tendência política ou da busca de exposição na mídia. Gurgel defendeu a postura do MP, mas concordou com as críticas à “pirotecnia”.

Esse desvio de atuação foi levantado quando o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) pregou a necessidade de compatibilizar a independência funcional dos membros do MP com a inibição

de práticas “midiáticas e de espetacularização”.

Na esteira desse questionamento, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) indagou sobre a viabilidade de membro do MP pedir a abertura de uma ação sem provas suficientes, “simplesmente porque sofre pressão da opinião pública”. Os senadores pelo PT Humberto Costa (PE) e Anibal Diniz (AC) acusaram a existência de “partidarização” na instituição, quando a tomada de posição política à frente de um processo suplanta a busca pela verdade.

Oposição volta a colher assinaturas para CPI

Após a devolução, pela Mesa do Senado, do requerimento para a criação da CPI dos Transportes, a oposição já avisou que recomeçará a coleta de assinaturas. O anúncio da devolução foi feito pelo presidente do Senado, José Sarney. A oposição havia conseguido as 27 assinaturas necessárias para que o requerimento fosse lido, criando-se assim a CPI, mas, com a retirada do apoio dos senadores João Durval (PDT-BA) e Reditario Cassol (PP-RO), ficaram faltando duas assinaturas.

– Lamentamos profundamente e queremos anunciar que, em que pesem todas as dificuldades, a oposição tem que cumprir o seu dever e vai reiniciar a coleta de assinaturas – avisou o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR).

Para o senador, a retirada de assinaturas se deu após operação empreendida pelo governo “na calada da noite”. Alvaro Dias acusa o governo de exercer pressão sobre os senadores e de não querer esclarecer os fatos.

– Quando se propala que



Alvaro Dias avisa que voltará a buscar apoio ao pedido de abertura de CPI

há, da parte da Presidência da República, a iniciativa de se promover uma limpeza no governo e, quem sabe, mudar o modelo, faz-se um jogo de cena. Isso não é verdadeiro – protestou.

O parlamentar acredita que os 25 senadores que mantiveram as assinaturas no requerimento assinarão o novo pedido e espera que aliados do governo

também decidam aderir.

Além de Reditario Cassol e de João Durval, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) havia anunciado a retirada da assinatura. Na tarde de ontem, no entanto, informou que havia decidido manter a assinatura para respeitar sua consciência. Ataídes é suplente do senador João Ribeiro, filiado ao PR.

José Agripino (DEM-RN) ressaltou que a oposição vai continuar trabalhando para assegurar a criação da CPI para investigar denúncias de corrupção no Ministério dos Transportes.

– Quem está boicotando a investigação é o governo. A subtração de assinaturas é uma mobilização truculenta que está levando ao constrangimento parlamentares que haviam oferecido apoio à abertura de investigações – disse.

Roberto Requião (PR), do grupo independente do governista PMDB, que assinou o pedido para criação da CPI, considera que ainda é possível garantir a abertura das investigações.

PR anuncia “apoio crítico” ao governo Dilma no Senado

Por meio de comunicado lido na tarde de ontem em Plenário, o líder do PR, senador Magno Malta (ES), anunciou oficialmente o desligamento do partido do bloco de apoio ao governo na Casa.

– Não significa que estamos abandonando a base do governo. Seríamos irresponsáveis. Continuamos apoiando a presidente Dilma, mas agora vamos nos manter líderes de nós mesmos. Daremos daqui por diante apoio crítico ao governo – declarou.

O PR reitera a posição de apoio ao governo, mas, em respeito ao entendimento da bancada de senadores, exercerá esse apoio “de acordo com suas próprias diretrizes e conforme suas convicções e decisões programáticas”.

Com a decisão, o bloco PT-PDT-PSB-PCdoB-PRB perde seis integrantes e deixa de ser o maior do Senado – o número cai de 30 para 24 senadores.



Magno Malta: abandonar a base do governo seria posição irresponsável

O bloco liderado pelo PMDB-PP-PSC-PMN-PV tem 28 parlamentares na Casa. O PR é composto por Antonio Russo (MS); Blairo Maggi (MT), Clésio Andrade (MG), Magno Malta (ES), Vicentinho Alves (TO) e Alfredo Nascimento (AM). Também filiado ao PR, João Ribeiro (TO) está licenciado.

CPI dos Transportes: Ataídes mantém assinatura

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) anunciou, na tarde de ontem, que decidiu manter sua assinatura no requerimento que pede a instalação da CPI dos Transportes. Ataídes disse que havia um compromisso com o senador João Ribeiro, de quem é suplente, para a retirada do apoio à CPI. João Ribeiro é filiado ao PR, partido atingido pelas denúncias de irregularidades dentro do Ministério dos Transportes.

– Eu desfiz o compromisso em

defesa dos meus princípios, da ética e do povo brasileiro – disse.

O parlamentar afirma que é preciso esclarecer os fatos que ocorreram no Ministério dos Transportes. Ele negou que tenha sido cobrado por João Ribeiro ou tenha sofrido pressão do PSDB e reconheceu que, diante das denúncias, “não dava para manter a palavra de lealdade com o PR”. Ataídes acrescentou que não teme represálias e que deve ficar como suplente até setembro.

O senador pediu desculpas e admitiu que sua imagem pode ficar abalada com o “vacilo”.

– Estava pensando a consciência. Eu não estava em paz comigo mesmo – concluiu.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), negou que o partido tenha pressionado Ataídes a manter sua assinatura.

– Ele refletiu e chegou à conclusão de que vale a pena ficar com a sua própria consciência, mesmo magoando um amigo – explicou Alvaro.

Lindbergh garante direito de defesa do Ecad contra denúncias

Dirigentes do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) contestaram informações apresentadas na terça-feira, na primeira oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades no órgão.

O relator da comissão, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), garantiu que eles terão a oportunidade de se defender

nas audiências que discutirão os critérios de arrecadação e distribuição da entidade, agendadas para as duas últimas semanas de agosto. Também está prevista para a primeira semana de outubro audiência com a superintendente executiva do Ecad, Glória Braga. A próxima reunião da CPI está marcada para a quinta-feira que vem.

Rejeitado projeto que prevê cirurgia para tratar obesos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou ontem dois projetos na área de saúde: o que regulamenta o tratamento cirúrgico da obesidade e o que institui fundo de apoio a estados e municípios para atenção a vítimas de trânsito.

O projeto de lei (PLS 82/10), de Geovani Borges (PMDB-AP), prevê que o tratamento cirúrgico da obesidade seja realizado por meio de procedimento denominado "derivacão intestinal reversível restritiva Lazzarotto e Souza".

O relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), desaconselhou a regulamentação de procedimentos médicos específicos por meio de lei nacional. Segundo o parlamentar, isso não traz benefício aos pacientes e atrapalha a evolução da Medicina. A matéria tramitou em caráter terminativo na CAS.

O PLS 36/10, do então senador Marconi Perillo, estabelece nova divisão dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvat).

O objetivo é viabilizar um fundo de apoio às unidades hospitalares mantidas pelos estados e municípios para atendimento às vítimas de trânsito. No entanto, a CAS entendeu que a medida não amplia os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) nem contribui para melhorar o atendimento aos acidentados. A matéria ainda será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo.

Habitação

A CAS rejeitou também o PLS 93/08, proposto por Marcelo Crivella (PRB-RJ), que autoriza o Executivo a criar a Agência Nacional de Habitação. O texto ainda passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Decoração e móveis continuam fora do SFH

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer contrário a projeto que previa a inclusão de custos com móveis e projetos de decoração nas operações realizadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), observa que os valores dos móveis e do projeto de decoração não repercutem na avaliação do imóvel e na composição da garantia vinculada. Segundo ele, a medida poderia inviabilizar o financiamento, pois encareceria o custo total da operação.

O projeto (PLS 663/07), de Marcelo Crivella (PRB-RJ), será examinado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Além do seguro-desemprego para trabalhadores domésticos, a CAS enviará à Câmara projeto que autoriza idosos e pessoas com deficiência que recebem benefício de prestação continuada a fazerem empréstimo consignado



Senador Jayme Campos preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais: três projetos tiveram decisão terminativa e dependem agora da aprovação dos deputados

Seguro-desemprego para empregado doméstico vai ao exame da Câmara



Projeto de Rollemberg aumenta alíquota de contribuição previdenciária

O EMPREGADO DOMÉSTICO poderá ter direito a seguro-desemprego, em parcela única no valor de um salário mínimo, mesmo que o empregador não o tenha inscrito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Proposta com esse objetivo foi aprovada ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e será encaminhada ao exame da Câmara dos Deputados.

Conforme o projeto de lei (PLS 115/11) apresentado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), só terá direito ao benefício o empregado que tiver trabalhado por período mínimo de 15 meses

nos últimos dois anos.

Para compensar os gastos com o benefício, o parlamentar propõe que a alíquota de contribuição previdenciária do empregador doméstico passe de 12% para 13%, incidente sobre o salário. Esse aumento só será aplicado nas relações em que não for efetuada a inscrição do empregado doméstico no FGTS. A alíquota de contribuição paga pelo empregado (8%) não seria elevada.

Em relatório favorável ao projeto, Ana Amélia (PP-RS) observou que a concessão do seguro-desemprego aos domésticos tem como pré-requisito a

inscrição no FGTS. Ocorre que esse registro, a cargo do empregador, é facultativo, e a medida até agora não surtiu os efeitos desejados. Por isso, a senadora disse que a proposta tem o mérito de viabilizar o seguro-desemprego para o trabalhador doméstico, ao mesmo tempo em que leva em conta a necessidade de não burocratizar a relação trabalhista.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) manifestou-se recentemente, na Convenção 189, pela concessão aos trabalhadores domésticos dos mesmos direitos básicos concedidos aos demais trabalhadores.

Teto para contribuição sindical de autônomo e profissional liberal

A contribuição sindical cobrada anualmente dos trabalhadores autônomos e profissionais liberais poderá ter um teto de R\$ 150, reajustável pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A proposta foi aprovada terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e poderá ser encaminhada à Câmara após votação em turno suplementar, se não houver recurso ao Plenário da Casa.

O projeto (PLS 324/10), de

autoria de Paulo Paim (PT-RS), atualiza a legislação, que vincula a contribuição sindical dos autônomos e liberais ao maior valor de referência (MVR), indicador extinto em 1991.

Paim havia proposto contribuição de R\$ 150, que o relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), considerou excessivo. Ele optou por esse valor como teto, transferindo à assembleia geral do sindicato a competência para estabelecer o valor real.



Casildo propõe que sindicatos fixem contribuição até valor limite de R\$ 150

Consignado para quem recebe benefício de prestação continuada

Idosos e pessoas com deficiência que recebem benefício de prestação continuada (BPC) poderão ter acesso a empréstimos consignados, conforme projeto aprovado ontem, de forma terminativa, pela CAS. De caráter assistencial, esse benefício é concedido a quem não tem condições de contribuir com a Previdência Social.

O autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 27/06, Paulo Paim (PT-RS), disse não ver

justificativa para impedir o acesso ao crédito consignado dos que recebem o benefício. A proposta limita o prazo de vigência do contrato de empréstimo à data de revisão do BPC.

O PLS 27/06, que foi relatado por Casildo Maldaner (PMDB-SC), deverá ser enviado ao exame da Câmara dos Deputados. A reunião da Comissão de Assuntos Sociais foi presidida por Jayme Campos (DEM-MT).



Proposta de Paulo Paim limita prazo do empréstimo à data de revisão do BPC



Com o retrato do homenageado projetado ao fundo, Davim fala da tribuna: “Obra vasta e ousada de Luís da Câmara Cascudo é fruto de uma imensa curiosidade intelectual”

Senado reverencia a memória de Câmara Cascudo, falecido há 25 anos

Contribuição do folclorista e educador para a cultura brasileira é lembrada pelos vários oradores durante homenagem no Plenário que contou com a presença de grande número de políticos e personalidades nascidas no Rio Grande do Norte

A MEMÓRIA DO folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo foi reverenciada ontem no Senado, na passagem dos 25 anos de seu falecimento. A homenagem ocorreu na primeira parte da sessão e contou com a participação de grande número de políticos e personalidades nascidos no Rio Grande do Norte.

Autor do requerimento da homenagem ao “maior folclorista da história do Brasil”, como assinalou, Paulo Davim disse ser “praticamente impossível mensurar a envergadura da contribuição à cultura brasileira deixada por Câmara Cascudo. Com uma obra vasta e ousada, afirmou, ele deixou um “grandioso legado”, fruto de uma imensa curiosidade intelectual.

– A estatura do grande potiguar e brasileiro, sua trajetória de vida e sua enorme contribuição à cultura de nosso país justificam plenamente essa homenagem do Senado – disse o parlamentar.

Davim destacou que Câmara Cascudo – também historiador, jornalista, etnógrafo, advogado, antropólogo, memorialista, poeta, tradutor, linguista e biógrafo, entre outras especialidades – valorizava sobretudo “os gestos mais simples e o cotidiano dos homens do chão de terra seca do Nordeste”.

Disse que o folclorista estudou no Atheneu Norte-Riograndense, instituição da qual seria, posteriormente, professor e diretor. Em 1928, concluiu os cursos de Direito, na Faculdade do Recife, e de Etnografia, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da qual também foi professor alguns anos depois.

O senador informou que Cascudo escreveu biografias de Solano López, do conde d’Eu e do marquês de Olinda, além dos livros *História da cidade de Natal* e *História do Rio Grande do Norte*. Antes disso, estreou com o livro *Alma patricia*, em 1921, e pouco depois fundou a Sociedade Brasileira do Folclore.

Obras essenciais

Davim também citou as principais obras de Cascudo, como *Dicionário do folclore brasileiro*, *Civilização e cultura*, *Antologia do folclore brasileiro* e *História da alimentação no Brasil*. Todas elas “obras essenciais e indispensáveis a todos aqueles que queiram entender o espírito da gente brasileira”, nas palavras do senador.

Já o senador Geovani Borges (PMDB-AP) ressaltou que Luís da Câmara Cascudo tinha uma “curiosidade ímpar”, que o levou a estudar e pesquisar em

diversos campos e ampla variedade de temas.

– Poucos brasileiros alcançaram a grandeza de Câmara Cascudo e foram ao mesmo tempo tão populares e tão respeitados pela academia – afirmou Geovani Borges.

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), equiparou a importância da obra de Câmara Cascudo à produção de outro nordestino, o sociólogo Gilberto Freyre, autor de *Casa-grande e senzala*.

Para Agripino, Cascudo é um dos orgulhos do povo potiguar. Lembrou que o educador foi um dos primeiros intelectuais do país a viajar pelo continente

africano para pesquisar uma das origens da cultura brasileira.

A ex-senadora e governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, disse que Câmara Cascudo era “múltiplo, universal, explicador da alma potiguar e da gente brasileira”. Recordou que o folclorista foi classificado como “um provinciano incurável” por nunca ter deixado de morar em Natal, mesmo recebendo vários convites de trabalho de outros estados e até de outros países.

Rosalba Ciarlini informou que já estão programados este ano diversos eventos em homenagem a Cascudo no Rio Grande do Norte.

Potiguar foi “um intelectual completo”, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse que Câmara Cascudo foi um “intelectual completo” e “homem de aguda inteligência e vastíssimo saber”.

– Poucas pessoas conheceram tão profundamente a cultura e o povo brasileiro – afirmou Sarney.

Ainda participaram da homenagem o ministro da

Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; o ministro do Superior Tribunal de Justiça José Delgado; o desembargador do Tribunal de Justiça do RN Saraiva Sobrinho; a reitora da Universidade Federal do RN, Ângela Paiva Cruz; deputados federais e estaduais do Rio Grande do Norte, entre outros convidados e senadores.

Discursos lembram estudos sobre a identidade do país

O ex-senador João Faustino também discursou na solenidade, representando a família de Câmara Cascudo. Ele disse que a “vasta produção intelectual” de Cascudo é estudada em países de todos os continentes. Outras homenagens foram feitas pelo 2º secretário da Academia Brasileira de Letras, Murilo Melo Filho; pela prefeita de Natal, Mícarla de Sousa; e pelo presidente da Academia Norte-Riograndense de Letras, Diógenes Cunha Lima.

Melo Filho lembrou que Cascudo foi deputado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, mas, três dias depois da posse, foi cassado devido à Revolução de 30.

Mícarla classificou Cascudo como “um dos mais nobres natalenses já nascidos”, que “rompeu paradigmas” e foi o precursor da valorização e respeito à cultura popular.

Já Diógenes Cunha Lima, biógrafo de Câmara Cascudo, disse que o educador “viveu intensamente, produziu uma obra múltipla, magistral”, e é uma das maiores fontes da cultura nacional.

– Foi o grande arquiteto da alma nacional. Foi a personalidade que mais estudou este país – afirmou Diógenes.

O presidente do Senado, José Sarney, lembrou que o escritor Jorge Amado afirmava que é graças a Cascudo que os brasileiros têm consciência de si mesmos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Davim • José Agripino • José Sarney • Wilson Santiago • João Alberto Souza • Cyro Miranda

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Governo poderá ser obrigado a veicular mensagens de estímulo à cidadania

Proposta que obriga o governo federal a veicular na publicidade de seus serviços e obras mensagens que estimulem o exercício da cidadania foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e segue para votação do Plenário.

Já aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação (CE), o projeto de lei (PLC 5/06), da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), determina que as mensagens sejam divulgadas em anúncios governamentais publicados em jornais e revistas, no rádio, televisão e internet, bem como em placas afixadas nas ruas, rodovias e obras públicas.

A matéria prevê que as mensagens deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. Os textos deverão reproduzir dispositivos constitucionais e legais sobre direitos humanos, assim como aqueles que proíbam qualquer forma de violência, preconceito ou discriminação de raça, origem,

religião, estado civil, sexo, orientação sexual, idade ou condição social.

De acordo com o projeto, a publicidade deverá conter, nos meios de comunicação e em função de suas características, reprodução escrita ou falada de um dos dispositivos constitucionais ou legais que tratam do exercício da cidadania. A matéria especifica o tratamento que as mensagens terão nos diferentes meios de comunicação.

Exploração sexual

Está pronto também para votação na CCT projeto (PLS 332/10) oriundo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia para determinar que as emissoras de rádio e TV veiculem mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da internet. A matéria, que tem relatório favorável da senadora Ângela Portela (PT-RR), poderá ser examinada na próxima reunião da CCT.



Ao lado de Rodrigo Rollemberg (D), o vice-presidente da CCT, Gim Argello, preside reunião da comissão

Seminário vai discutir estratégias para desenvolvimento do Centro-Oeste

Estratégias para o desenvolvimento regional integrado do Centro-Oeste é o tema do seminário que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vai promover nos dias 22 e 23 de setembro, com a participação de especialistas.

A realização do seminário foi aprovada ontem, em reunião da comissão. Segundo o autor do requerimento para a realização do debate, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o objetivo do encontro é "discutir alternativas de como ampliar a inovação tecnológica no Centro-Oeste, bem como agregar valor à produção da região".

Programação

No dia 22, pela manhã, estão programadas quatro palestras: "Florianópolis, a capital da inovação", "Vale do Silício – o berço da tecnologia mundial", "Programa Startup Chile" e, por último, "Propostas de políticas públicas para a região Centro-Oeste".

CCT apresenta relatório com balanço das atividades do primeiro semestre

Nas 25 reuniões realizadas pela CCT no primeiro semestre, 136 proposições foram aprovadas. Desse total, 101 são projetos de decreto legislativo de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária.

No Relatório do 1º semestre de 2011, distribuído ontem aos demais membros do colegiado pelo vice-presidente da CCT, Gim Argello (PTB-DF), consta a realização de 13 reuniões para votação de proposições e de 12 audiências públicas para debater assuntos de interesse da comissão.

No mesmo dia, à tarde, será realizada mesa-redonda com o tema "Negócios competitivos de alto impacto". Haverá dois painéis sobre esse assunto: "Capital de risco e modelos de negócios de alto impacto" e "Casos de empresas que inovaram".

No dia 23, pela manhã, o tema em discussão será "Mecanismos de apoio à inovação regional. À tarde, o seminário será encerrado com reunião da Rede Centro-Oeste, formada por entidades ligadas à inovação tecnológica da região.

Instituições participantes

Dez instituições participarão do seminário. Entre elas, o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Rede Candanga de Incubadoras, o Sebrae, o CNPq e a Fundação de Amparo à Pesquisa e às Redes de Incubadoras de Empresas do Centro-Oeste.

As denúncias sobre a utilização de empresas em nome de "laranjas" (sócios falsos) para adquirir concessões de rádio e TV nas licitações públicas realizadas pelo governo federal foram um dos assuntos mais debatidos pelos senadores no primeiro semestre.

Também ganharam destaque outros temas como desafios da inovação no Brasil; a proposta de um marco civil da internet, em elaboração pelo governo federal; e a reforma do Código Florestal sob o enfoque da ciência, tecnologia e inovação.

Segundo pesquisa do DataSenado, 60% das mulheres acham que proteção melhorou. Mesmo assim, 66% dizem que número de ocorrências subiu

Senado comemora hoje cinco anos de vigência da Lei Maria da Penha

O SENADO REALIZA hoje, às 14h, sessão em comemoração aos cinco anos de vigência da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que pune com mais rigor a violência contra a mulher. Desde 2007, o DataSenado vem ouvindo mulheres maiores de 16 anos para detectar a percepção da população feminina sobre a legislação. O quadro é positivo: para 60% das mulheres, a proteção melhorou depois da lei. Mas persiste o sentimento de insegurança: para 66% das entrevistadas em 2011, houve aumento nos casos de

violência doméstica e contra a mulher.

Antes da aprovação da lei, 95% das mulheres achavam importante uma legislação que tratasse desse tipo de violência. Os levantamentos indicam que, a partir da edição da lei, vem aumentando a sensação de segurança. Desde 2007, caiu de 49% para 41% a percepção entre as entrevistadas de que a mulher não é respeitada no Brasil. As pesquisas trazem também informações sobre conhecimento das mulheres a respeito da legislação e sobre as causas da violência.

Marta aponta importância da lei para mudança de pensamento da sociedade

A importância da Lei Maria da Penha, que completa cinco anos, para a mudança de pensamento da sociedade, foi destacada por Marta Suplicy (PT-SP). A senadora salientou que a lei tem um efeito pedagógico e que essa mudança não ocorre da noite para o dia.

– Coisas que eram consideradas normais passam a não ser mais. Antes se dizia: em briga de marido e mulher não se mete a colher. Hoje há o direito, sim, de intervenção – afirmou.

Marta enfatizou a participação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na aprovação da lei, e também a da atual ministra de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, que, "como deputada, relatou brilhantemente" o projeto na Câmara. Elogiou ainda a participação de Nilcéa Freire, ex-ministra da pasta.

A senadora enalteceu a decisão do Supremo Tribunal Federal de negar a possibilidade de suspender o processo de agressão por dois anos e arquivá-lo, caso o réu não mais ameace a vítima.

– O Supremo, prestando um serviço corajoso e contemporâneo, se pronun-



Marta Suplicy elogia decisão do Supremo sobre a lei: "Bateu em mulher, vai para a cadeia"

ciou e acabou definitivamente com a interpretação equivocada. Se bateu em mulher, vai para a cadeia – declarou.

Marta pediu mais recursos para a criação de delegacias e varas especializadas e para a implementação de casas de abrigo para as vítimas de violência familiar em situação de pobreza.

CCT analisa projeto de novo Código Florestal

O Plenário aprovou ontem requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) que submete o projeto do novo Código Florestal (PL 30/11) à apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta tem três emendas aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ): de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Acir Gurgacz (PDT-RO).

Na justificativa do requerimento, Ferraço alega que um instrumento legal de tamanha importância deve ser o mais amplamente discutido. Ele sustenta que estudos de respeitadas instituições de pesquisa vêm sendo desenvolvidos e podem ajudar no aprimoramento da proposta, já aprovada na Câmara.

Em nota divulgada em maio, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) afirmam que o código de 1965 (Lei 4.771) precisa de aprimoramentos à luz das ciência e tecnologia atuais. As entidades consideram que o Projeto de Lei 1.876/99, aprovado na Câmara, não resolve as necessidades de modificações na legislação anterior, por não contemplar uma fundamentação científica e tecnológica.

Armando relatará MP sobre trabalho formal

Armando Monteiro (PTB-PE) será o relator no Senado da medida provisória que busca incentivar o aumento do número de microempreendedores no trabalho formal.

A MP reduziu de 11% para 5% a alíquota incidente sobre o piso do salário de contribuição para a Previdência Social paga pelos trabalhadores por conta própria que aderiram ao Programa do Empreendedor Individual.

Já aprovada pela Câmara, a MP 529/11, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 19/11, traz benefícios para as donas de casa e pessoas com deficiência.

Com a alíquota de 11%, o microempreendedor pagava para a Previdência Social, na qualidade de contribuinte individual, R\$ 60,40 (comércio e indústria) e R\$ 65,40 (prestação de serviços); já com a alíquota de 5%, passou a pagar R\$ 27,25 (o valor máximo é de R\$ 33,25 em 2011). Somam-se R\$ 1 a título de ICMS e R\$ 5 de ISS, caso seja contribuinte desses impostos.

Para se aposentar por esse sistema, é preciso renunciar à aposentadoria por tempo de contribuição e se aposentar somente por idade.

Entre os pontos elogiados pelo senador Armando Monteiro, está a isenção ou a redução de impostos sobre vários bens de capital: "Uma velha reivindicação do setor produtivo"

Plano Brasil Maior recebe apoio de ex-presidente da CNI

ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE) manifestou em Plenário sua satisfação com o plano Brasil Maior, lançado na terça-feira pela presidente Dilma Rousseff. Ele elogiou "o amplo elenco de medidas de desoneração do investimento".

Ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o senador elogiou o incremento da isenção e da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de "uma ampla gama de bens de capital". Também apoiou o crédito automático de gastos com o PIS e com a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na aquisição de máquinas.

– Essa era uma velha reivindicação do setor produtivo.

A desoneração da folha de pagamento de setores exportadores, como o têxtil, o calçadista e o moveleiro, também mereceu destaque positivo. Esses



Para senador, plano favorece produto nacional diante da concorrência

setores deixam de pagar 20% sobre a folha de pagamento, para pagar 1,5% sobre seu faturamento. Essas desonerações melhoram a competitividade dos produtos, já que podem ser compensadas nas exportações, o que era impossível com o pagamento sobre a folha de pessoal.

– Ao deslocar a contribuição para o faturamento, vamos es-

tar mais protegidos em relação aos produtos importados.

Armando Monteiro ainda elogiou a "medida ousada" que prevê o crédito automático de 3% sobre a exportação. Para ele, essa iniciativa pode ser vista como um subsídio ao setor exportador, mas que decorre da má qualidade do sistema tributário brasileiro, que impede o crédito de custos de produção, como o imposto pago na aquisição do sabão para lavar a fábrica ou da energia do escritório que a dirige.

O estabelecimento de uma margem de preferência para produtos nacionais nas compras governamentais foi qualificado como "uma medida muito importante".

– Todos os países que têm uma política de proteção de sua indústria utilizam o poder de compra do Estado para apoiar a produção doméstica – apontou o senador.

Fotos de Waldemir Brito/Senado Federal



Walter Pinheiro elogia Brasil Maior

Pinheiro: iniciativa a favor da indústria marca nova política

Walter Pinheiro (PT-BA) deu parabéns à presidente Dilma Rousseff pelo lançamento do plano Brasil Maior. Para ele, o pacote de medidas para fortalecer a indústria nacional e defender o país da concorrência externa configura uma nova política industrial brasileira.

Entre os pontos positivos do plano, Pinheiro destacou a redução da contribuição patronal previdenciária para setores sensíveis às variações do câmbio e o acesso a financiamentos de bancos públicos somente para empresas que agreguem valor a seus produtos e invistam em pesquisa e desenvolvimento.

Ele avaliou ainda que a resposta do governo à crise mundial de 2008 permitiu o crescimento do mercado interno.

Medida favorece competitividade, diz Casildo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) considerou positivo para o país o plano Brasil Maior, principalmente por promover a desoneração da folha de pagamento das indústrias.

– O governo federal deu ontem [terça-feira] um passo fundamental rumo ao incremento da competitividade internacional da indústria brasileira, com o lançamento do plano Brasil Maior. Com um extenso conjunto de medidas, a iniciativa dá novo fôlego aos nossos empreendedores.

O senador também informou ao Plenário ter apresentado projeto de lei com o objetivo de informar o consumidor sobre os tributos que paga. Segundo ele, o texto prevê que, em cada operação de compra ou contratação de serviços, esteja descrito nas notas ou cupons fiscais o valor dos produtos e o volume de impostos embutidos na formação do preço.



País tem que se proteger, diz senador

Plano é importante primeiro passo, afirma Geovani

Geovani Borges (PMDB-AP) disse que a nova política industrial prevista no plano Brasil Maior não deve tirar o foco de dois obstáculos que o país ainda precisa vencer: o câmbio desequilibrado e a diversificação da pauta de exportações para os manufaturados com maior valor agregado.

Esses dois obstáculos só serão vencidos com investimentos em pesquisa e desenvolvimento, afirmou Geovani. No entanto, para ele, o Brasil Maior é um passo decisivo nessa direção.

Geovani disse ainda que o país não está imune às turbulências na economia global, mas ressaltou que "os países ricos não vão mudar suas políticas e que o Brasil é que tem que se mexer e proteger seus mercados".

Para Suplicy, renda básica protegeria indústria nacional

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um alerta em Plenário, na terça-feira, sobre os efeitos negativos para a competitividade da indústria brasileira decorrentes da transferência de renda que os países desenvolvidos concedem a seus trabalhadores.

Como exemplo, Suplicy citou o Earned Income Tax Credit – ou Crédito Fiscal por Remuneração Recebida –, instituído nos Estados Unidos em 1975, para complemento da renda.

Esse tipo de transferência, explicou o senador, torna mais competitiva a economia dos países onde é adotada, como é o caso de Reino Unido, Canadá, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Holanda, Nova Zelândia e Suécia, que criaram instrumentos semelhantes aos dos Estados Unidos.

Suplicy entende que, em vez de protestar, por exemplo,



Senador dá exemplos dos EUA e Canadá para defender sua proposta

junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo fato de os países desenvolvidos estarem subsidiando seus trabalhadores, o Brasil deveria implantar a renda básica de cidadania incondicional para toda a população.

– Como provar que essa é a melhor forma [de o Brasil reagir ao subsídio da transferência de renda]? Através da experiência pioneira e tão bem-sucedida que existe no lugar do mundo [Canadá] em que há 28 anos se paga a cada ano um dividendo igual para toda a população.

Crivella critica denúncias da Folha de S.Paulo contra militares

Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticou matéria publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* no último domingo. De acordo com o jornal, o comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, e mais sete generais estariam sendo investigados pela Procuradoria-Geral de Justiça Militar por suposta participação em fraudes em obras executadas pelo Exército. No pronunciamento, Crivella questionou a falta de provas para justificar a publicação.

– O leitor constata, após o impacto tectônico do título, que segue uma matéria cujo conteúdo não corresponde, não justifica, não é proporcional, não lastreia nem sequer explica o tom gravíssimo que a chamada relampeja – acusou.

A reportagem coloca sob suspeita obras resultantes de convênios entre o Exército e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O texto traz informações sobre indícios de fraude em 88 licitações, que teriam resultado em desvios de R\$ 11 milhões.

Para Crivella, o texto traz meros indícios de uma "trama



Senador questiona a falta de provas que poderiam sustentar a reportagem

mirabolante" envolvendo os militares. O senador relatou ter recebido, na noite da terça-feira, nota da Procuradoria-Geral de Justiça Militar que esclarece que o comandante do Exército não é alvo de investigação no Ministério Público Militar (MPM) e que as informações publicadas não poderiam ser creditadas ao órgão. Além disso, esclarece que crimes praticados por comandantes das Forças Armadas são investigados pelo procurador-geral da República.

– Será que essa nota terá a mesma repercussão que a capa de um jornal na primeira página de domingo? – questionou.

Ana Amélia saúda jornalista da Rádio Senado

Ana Amélia (PP-RS) saudou ontem em Plenário a jornalista e locutora Thais Vivacqua, servidora do Senado, que acaba de se aposentar. Thais trabalhou na Rádio Senado, no programa *Voz do Brasil*, na parte dedicada às atividades da Casa.

– A Thais foi a única voz feminina do programa por quase duas décadas, até a criação da Rádio Senado e a contratação de novas vozes e novas profissionais – recordou a senadora.

A senadora lembrou também que a jornalista, apresentadora do *Jornal do Senado*, trabalhou na Assembleia Nacional Cons-



Senadora lembra que Thais Vivacqua foi a voz feminina da *Voz do Brasil*

tituinte e gravou programas importantes como *Brasil 500 Anos* e *Grandes Momentos do Senado Brasileiro*.

O presidente do Senado, José Sarney, determinou que as palavras da senadora fossem acrescentadas à ficha profissional de Thais Vivacqua.

Senador alerta sobre situação da saúde no Amapá

Geovani Borges (PMDB-AP) afirmou na terça-feira ter usado o tempo de recesso parlamentar para observar a saúde no Amapá. Segundo o senador, a situação em seu estado é desanimadora. Ele citou matérias da imprensa local que afirmam haver mais de 500 ações no Ministério Público do Amapá sobre o mau atendimento.

– Se 500 ações tramitam simultaneamente em uma corte,

elas, na verdade, expressam ou representam um número infinitamente maior de descontentes.

O senador citou decisão recente da Justiça estadual que determinou o agendamento de exames oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para pacientes citados e o pagamento, pelo estado, dos exames não oferecidos pelo sistema. Para ele, apesar de haver queixas sobre a excessiva judicialização da

saúde, os pacientes estão lutando por um direito fundamental.

– Quando o Judiciário precisa interferir e determinar ao estado que forneça um medicamento, um atendimento médico, é porque a coisa vai mal – lamentou.

Geovani Borges disse que, apesar do risco de o excesso de ações impedir o bom funcionamento da máquina estatal, o cidadão não tem outra opção.